

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 53542.003182/2024-95

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

LEI 14.133/21 – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação dos serviços de acesso à Internet, por meio de enlace de rede de dados para operação remota do sistema de CFTV da Gerência Regional da Anatel no Estado de Goiás (GR07) e de sua Estação Remota de Monitoração (ERM/GO), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Localidade a ser Atendida	Unidade	Velocidade Mínima (Mbps)	Valor Mensal Estimado	Quant. Meses	Valor Total Estimado para 60 meses
1	Acesso à Internet via cabo com velocidade maior ou igual a 200 Mbps	26484	Goiânia/GO (GR07)	MEGA BITS/SEGUNDO	200	R\$ 200,00	60	R\$ 12.000,00
2	Acesso à Internet via cabo com velocidade maior ou igual a 200 Mbps	26484	Santo Antônio de Goiás/GO (ERM/GO)	MEGA BITS/SEGUNDO	200	R\$ 200,00	60	R\$ 12.000,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, tendo em vista que o acesso à internet por meio de enlace de rede de dados apresenta especificações técnicas padronizadas e amplamente reconhecidas no mercado, permitindo a oferta por diversos fornecedores sem necessidade de desenvolvimento ou customização específica. As condições de fornecimento, como velocidade, disponibilidade, estabilidade e suporte técnico, seguem parâmetros usuais de mercado, o que possibilita a comparação objetiva entre as propostas a serem apresentadas.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer as medidas dispostas na Portaria nº 2.061, de 10 de Setembro de 2021 (SEI nº 7384757), em especial aquelas estabelecidas às unidades para garantir a segurança dos locais utilizados para armazenagem dos equipamentos, inclusive por meio de vigilância eletrônica, alarmes, câmeras, sensores contra incêndio e outros, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que o custo de instalação é diluído na fatura

mensal.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de acesso remoto ao Circuito Fechado de TV (CFTV) adquirido pela GR07 para atender à Portaria nº 2.061, de 10 de setembro de 2021 (SEI nº 7384757), que aprovou a Instrução de Fiscalização sobre Guarda, Cuidado e Conservação de Equipamentos de Fiscalização.

2.2. O monitoramento remoto possibilita que um ou mais servidores responsáveis possam receber notificações em dispositivos móveis sobre determinados eventos, como a detecção de movimentos e/ou ruídos capturados pelas câmeras, reforçando a segurança das instalações da unidade e fornecendo elementos de investigação em caso de ocorrência de sinistros.

2.3. Para o pleno funcionamento do sistema, com a possibilidade de envio de notificações e imagens, é necessário que haja conexão de dados. Assim, para que essas funções fiquem disponíveis para o fim a que se destinam, é necessário fazer uso de rede de comunicação capaz de transmitir dados em alta velocidade usando a internet.

2.4. Em consulta à Gerência de Planejamento, Operação e Manutenção de Redes (GIMR), foi vetada a utilização da rede de dados corporativa da Agência por razões de segurança, sendo definido que os sistemas de CFTV e controle de acesso implantados nas unidades regionais deveriam utilizar redes totalmente independentes da rede corporativa.

2.5. Portanto, faz-se necessária a contratação de um serviço de acesso fixo de banda larga à internet, capaz de oferecer conexão estável e de velocidade adequada para a comunicação de dispositivos remotos com o sistema de monitoramento, proporcionando os meios necessários ao seu pleno funcionamento.

2.6. Assim, a solução abrange a prestação de serviço continuado de acesso à internet banda larga, incluindo instalação suporte técnico, atendidos requisitos de velocidade, capacidade de tráfego e outros detalhados neste documento.

Velocidade de transmissão

2.7. A necessidade mínima para a velocidade a ser contratada foi definida com base na estimativa de tráfego de dados detalhada a seguir.

2.8. O Circuito Fechado de TV (CFTV) adquirido para a GR07 é composto por um gravador DVR (Digital Video Recorder), equipamento responsável pelo gerenciamento e armazenamento das imagens das câmeras; 24 câmeras tipo Bullet. Todos esses equipamentos estão conectados via cabo coaxial. Para a ERM/GO são 3 câmeras tipo Bullet Conexão TCP IP cabo ethernet.

2.9. Conforme as fichas técnicas disponíveis no sítio do fabricante, a taxa de transferência de rede de cada equipamento é a seguinte:

Equipamentos	Marca/modelo	Quantidade	Throughput de rede (taxa de transferência)	Throughput de rede (taxa de transferência) total
Gravador digital de vídeo com HD de 1,5 TB	Intelbras / mhdx1232	1	128 Mbps	128 Mbps
Câmera Full HD	Intelbras / VIP1230	3	12 Mbps	36 Mbps
Throughput de rede mínima necessária				164 Mbps*

* Com o objetivo de alinhar a necessidade da contratação às ofertas disponíveis pelo mercado, optou-se por arredondar a taxa de transferência de 164 Mbps para 200 Mbps

2.10. Os serviços de internet banda larga trabalham com dois parâmetros de velocidade: download (tráfego da internet para a rede local) e upload (tráfego da rede local para a internet). Cabe esclarecer que as velocidades de download e upload podem ser diferentes dentro de um mesmo plano/contrato. No caso da pesquisa realizada, foi predominante as ofertas em que a velocidade de upload corresponde à 50% da velocidade de download, indicando ser mais comum no mercado a oferta de planos com velocidade de download superior à velocidade de upload, ou seja, oferta de conexões assimétricas.

2.11. A contratação do serviço de conexão por meio de linha dedicada, também conhecidos como internet dedicada ou link full garante conexões simétricas, cujas velocidades de download e upload são os mesmos. Entretanto, exceto em situações específicas nas quais se justifique, tais contratações são muito mais caras e não se justificam os objetivos se pretende atingir.

2.12. Considerando que não há necessidade nem justificativa para onerar a contratação com parâmetros específicos, e visando adequar-se aos planos oferecidos pelo mercado, conclui-se ser adequado estabelecer como o requisito a contratação do serviço de link compartilhado de dados com a **velocidade mínima de 200 Mbps para download** e a **velocidade mínima de upload de 100 Mbps** (pelo menos 50% da velocidade de download), que seria facilmente encontrado no mercado.

Volume de dados trafegados

2.13. O estabelecimento de um limite volume da dados trafegados é um risco à operação do sistema, uma vez que poderia inviabilizar o acesso ao sistema em momento de necessidade. Desta forma, entende-se pertinente estabelecer como requisito desta contratação o volume de tráfego ilimitado.

2.14. Ressalta-se que, em decisão do ano de 2016, a Anatel proibiu o estabelecimento de limites ou franquias nos serviços de banda larga fixa, ficando as prestadoras proibidas de reduzir a velocidade, suspender o serviço ou cobrar pelo tráfego excedente nos casos em que os consumidores utilizarem toda a franquia contratada, ainda que tais ações estejam previstas em contrato de adesão ou plano de serviço.

Acesso remoto e o CGNAT

2.15. O crescimento exponencial de dispositivos conectados à Internet levou ao surgimento de um problema: a limitação de endereços IP (Internet Protocol), necessários para a conexão direta de um equipamento à Internet.

2.16. A fim de mitigar o problema, surgiram tecnologias como o NAT (Network Address Translator), que possibilitou conectar à Internet uma grande quantidade de equipamentos de uma mesma rede por meio de um único endereço.

2.17. Todavia, o número de redes também cresceu e segue crescendo de forma exponencial, exigindo novas soluções.

2.18. Espera-se que este problema seja resolvido com a adoção do IPv6, que se trata de uma nova versão do protocolo IP que aumenta o número total de endereços possíveis de 4,29 bilhões (hoje oferecidos pelo IPv4) para aproximadamente 340 undecilhões (ou seja, o número 340 seguido de 36 zeros).

2.19. Infelizmente, ainda não é possível prever quando teremos o IPv6 plenamente implantado, uma vez que há desafios com a substituição de um enorme parque de equipamentos incompatíveis com o novo padrão, o que nos obriga a ainda conviver por algum tempo com o padrão IPv4 e a limitação de endereços IP.

2.20. Para dar conta dessa limitação de endereços, além do NAT (amplamente utilizado em redes locais, como residências e empresas) criou-se o CGNAT (Carrier Grade NAT), que nada mais é do que um NAT em grande escala, que aplica a tradução de endereços também nas redes das operadoras.

2.21. Ocorre que o CGNAT pode inviabilizar o acesso direto de um dispositivo externo aos equipamentos do CFTV, uma vez que o endereço IP de saída fornecido pela operadora não é público, mas privado, ou seja, existe apenas na sua rede.

2.22. Verifica-se que existem soluções de contorno para essa limitação imposta pelo CGNAT, tais como a utilização do IPv6 (desde que disponível nos equipamentos e na rede da operadora), encaminhamento de portas, utilização de serviços de nuvem (implica custo adicional) ou até mesmo a

disponibilização de IP fixo (mais caro).

2.23. Os equipamentos adquiridos pela GR07 possuem, ativados gratuitamente, o serviço Intelbras Cloud (serviço em nuvem para acesso remoto aos equipamentos do fabricante), que, em tese, pode contornar as limitações impostas pelo CGNAT para o acesso remoto.

2.24. Optou-se, com efeito, por não impedir o uso de CGNAT pela Contratada, ficando, no entanto, o fornecedor do serviço obrigado a garantir o funcionamento do acesso remoto ao CFTV sem ônus adicional de custo ou de complexidade para o usuário, bem como de contratação adicional de qualquer tipo de serviço.

2.25. Assim, estabelece-se como requisito do serviço a ser contratado a garantia da possibilidade de conexão de dispositivos remotos ao sistema de CFTV da Contratante, de tal forma que seja possível a utilização dos recursos de operação e monitoramento remoto, tais como o recebimento de notificações, a emissão de comandos remotos e a visualização de imagens, tanto em tempo real quando as armazenadas.

2.26. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

2.26.1. ID PCA no PNCP: 02030715000112-0-000006/2025

2.26.2. Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

2.26.3. Id do item no PCA: 6

2.26.4. Classe/Grupo: 141 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (SMP) E TELECOMUNICAÇÕES SATELITAIS

2.26.5. Identificador da Futura Contratação: 413008-2/2025

2.27. A presente contratação também está alinhada com o [Plano Diretor de Logística Sustentável da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#) para o biênio 2025-2027, aprovado por meio da [Resolução Interna Anatel nº 453, de 30 de junho de 2025](#), em especial em relação aos seguintes [princípios e diretrizes](#):

Eixo 1 - Racionalização e Consumo Consciente

Princípio/Diretriz:

Defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Eixo 3 - Identificação dos Objetos de Menor Impacto Ambiental

Princípios/Diretrizes:

Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para a Administração.

Eixo 4 - Fomento à Inovação no Mercado

Princípio/Diretriz:

Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, por meio dos processos licitatórios.

Eixo 6 - Divulgação, Conscientização e Capacitação

Princípios/Diretrizes:

Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução abrange a prestação de serviço continuado de acesso à internet banda larga, por link compartilhado, com velocidade mínima de 200 Mbps (duzentos megabits por segundo) de download e pelo menos 100 Mbps (cem megabits por segundo) de upload, com capacidade de tráfego ilimitado (sem pacotes mensais e sem redução de velocidade), por um período de 60 (sessenta) meses, com sua respectiva instalação, habilitação e manutenção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste

instrumento, caracterizadas como serviço comum.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente proposição busca a contratação de 2 (dois) enlaces de internet banda larga que visam atender à necessidade de operação remota dos sistemas de CFTV instalados na Gerência Regional da Anatel no Estado de Goiás (GR07) e na Estação Remota de Monitoração (ERM/GO).

4.1.1. O sistema de CFTV da **Gerência Regional da Anatel no Estado de Goiás (GR07)**, localizada na Rua 13, nº 618 - Setor Marista, Goiânia/GO - CEP 74.150-140, é composto por 24 (vinte e quatro) câmeras IP de 4 Megapixels interligadas por cabo coaxial, conectadas a um DVR (Digital Video Recorder), equipamento responsável pelo gerenciamento e armazenamento das imagens das câmeras.

4.1.2. O sistema de CFTV da **Estação Remota de Monitoração (ERM/GO)**, localizada na Rodovia GO-462, Zona Rural, no Município de Santo Antônio de Goiás/GO (área da Embrapa Arroz e Feijão) é composto por 3 (três) câmeras IP de 4 Megapixels com tecnologia padrão ethernet (cabeadas), conectadas a ativo de rede (switch e roteador instalados na estação).

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à [Constituição Federal](#), à [Lei nº 14.133/2021](#), à [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.5. Manutenções programadas do enlace deverão ser comunicadas à Contratante com antecedência mínima de 72 horas.

4.6. Não havendo comunicação prévia, será considerada indisponibilidade do serviço.

Requisitos Temporais

4.7. Os serviços devem ser prestados nos prazos estabelecidos nesse Termo de Referência, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.9. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.10. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Ação	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de conclusão do atendimento
Início da prestação do serviço	-	10 dias corridos
Manutenção corretiva de infraestrutura do enlace	2 dias úteis	3 dias úteis
Atendimento de chamados COM indisponibilidade do serviço	2 dias úteis	3 dias úteis
Atendimento de chamados SEM indisponibilidade do serviço	2 dias úteis	4 dias úteis
Troca de equipamentos	12 dias úteis	3 dias úteis

4.10.1. O serviço também será considerado indisponível se apresentar limitações de desempenho ou intermitências que comprometam razoavelmente sua utilização.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Experiência Profissional

4.13. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.14. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.15. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.16. A OS indicará o serviço e a localidade na qual deverão ser prestados.

4.17. A Contratada deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma:

- a) com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica; e
- b) em horário comercial por via telefônica.

4.18. A execução do serviço deve ser acompanhada pela Contratada, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.19. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da Contratante (Anexo I).

4.20. A Contratada deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

- a) Não coletar dados pessoais, contábeis ou quaisquer outros que sejam protegidos pela [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD](#);
- b) Não divulgar, exceto à Contratante, dados estatísticos ou de funcionamento do enlace ora contratado à terceiros;
- c) Manter sob sigilo os dados, informações, documentos e processos que vier a tomar conhecimento em decorrência da execução do serviço, abstendo-se de divulgá-los.

Vistoria

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento

pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para realização da vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.24. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.26. Os equipamentos elétricos e eletrônicos utilizados na prestação dos serviços, quando aplicável, deverão estar em conformidade com a diretiva RoHS (*Restriction of Hazardous Substances*).

4.27. A Contratada deverá se responsabilizar pela logística reversa dos materiais e equipamentos que vier a retirar ao final ou mesmo durante a execução contratual, em caso de substituição.

4.28. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, no que couber, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente quanto a utilização de produtos e equipamentos que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

4.29. Durante os serviços de instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos, a Contratada deverá garantir o descarte ambientalmente adequado das embalagens e dos resíduos eventualmente gerados, conforme as normas vigentes.

Da exigência de carta de solidariedade

4.30. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.31. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Contratação sob a Forma de Consórcio

4.32. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, pois o objeto não demanda aglutinação de competências conexas que apresentem suas especificidades, o que justificaria a união de empresas. Similarmente, o objeto licitado não envolve questão de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro.

Garantia da Contratação

4.33. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência:

4.34. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação, visto que os itens do objeto não se enquadram nas margens de preferência [Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024](#).

Itens destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte:

Os itens 1 e 2, com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados à participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), e artigo 6º do [Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015](#)).

Requisitos técnicos do serviço

- 4.35. O serviço contratado deverá atender, no mínimo, os seguintes requisitos:
- a) Tipo de conexão: Fibra óptica (FTTH - *Fiber to the Home*);
 - b) Velocidade mínima de download: 200 Mbps;
 - c) Velocidade mínima de upload: 100 Mbps;
 - d) Volume de tráfego ilimitado, sem definição de franquias, redução de velocidade, suspensão ou cobrança de excedente;
 - e) Possibilitar o acesso remoto de dispositivos externo ao sistema de CFTV e controle de acesso instalado na Anatel/GO;
 - f) Disponibilização de 2 (dois) roteadores, em regime de comodato, com 4 portas de saída de rede gigabit cada;
 - g) Fornecimento de todos os equipamentos e suporte necessários para o pleno funcionamento do serviço;
- 4.35.1. Caso o fornecedor do serviço utilize a tecnologia CGNAT (*Carrier Grade Network Address Translation*), fornecendo endereço IP privado, ficará responsável por implementar método alternativo que garanta a possibilidade de conexão de dispositivos remotos.
- 4.35.2. O método utilizado para contornar as limitações da tecnologia CGNAT para acesso externo não deverá gerar nenhum ônus adicional à contratante nem aumentar significativamente a complexidade para os usuários.

Requisitos dos equipamentos

- 4.36. Todos os equipamentos, cabos, acessórios, softwares, senhas e licenças continuarão sendo de propriedade da prestadora de serviço e devem ser recolhidos após o encerramento do contrato.
- 4.37. Todos os equipamentos utilizados na prestação do serviço e que forem passíveis de certificação/homologação da Anatel deverão possuir seus respectivos certificados em plena validade.
- 4.38. Os equipamentos deverão ser postos em funcionamento com a última versão de *firmware* estável disponibilizada pelo fabricante.
- 4.39. As atualizações necessárias nos softwares dos equipamentos deverão ser feitas pela Contratada ou, com o auxílio dessa, sempre que forem disponibilizadas novas versões de *software/firmware* ou *updates* para correções de falhas e/ou de segurança, ou forem solicitadas pela fiscalização do contrato.
- 4.40. Os equipamentos escolhidos para a prestação do serviço serão definidos pela Contratada, podendo ser do tipo **ONU** (*Optical Network Units* - Unidade de Fibra Óptica) ou **ONT** (*Optical Network Terminal* - Terminal de Rede Óptica), todavia, será exigida a disponibilização de no mínimo 4 portas do tipo ethernet por roteador.

Requisitos de operação e funcionamento

- 4.41. A solução deverá ser entregue em pleno funcionamento, isto é, com todos os equipamentos, cabos, acessórios, softwares, senhas e licenças que sejam necessários e indispensáveis para seu pleno funcionamento dentro das condições estabelecidas pela Anatel/GO.
- 4.42. Caso a solução oferecida utilize tecnologia CGNAT, a Contratada deverá implementar solução de contorno que garanta a conexão remota de dispositivos ao sistema de CFTV da Contratante.
- 4.43. Eventuais licenças de uso de *software* ou *hardware*, se houver, deverão ser transferidas à Anatel durante a operação e funcionamento do enlace.
- 4.44. A largura de banda para o enlace deve ser de, no mínimo, 2 00 Mbps (duzentos megabits por segundo) de download e 100 Mbps (cem megabits por segundo) de upload.
- 4.45. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, ou redução de velocidade.
- 4.46. A Contratada deverá fornecer os serviços de manutenção do link de acesso à internet durante a vigência do contrato, sem nenhum custo adicional.

Prazo de instalação

4.47. A Contratada terá o 7 (sete) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do seu respectivo contrato, para iniciar a prestação do serviço.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. fazer a transição contratual, quando for o caso;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. Início da execução do objeto: 7 (sete) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do seu respectivo contrato.

Local da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

6.2.1. Item 1: Rua 13, nº 618 - Setor Marista, Goiânia/GO (GR07 - Sede da Anatel/GO);

6.2.2. Item 2: Rodovia GO-462, Zona Rural, Município de Santo Antônio de Goiás/GO (Estação Remota de Monitoração - ERM/GO), área localizada na Embrapa Arroz e Feijão.

Materiais a serem disponibilizados

6.3. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

6.3.1. Os custos dos insumos mencionados no item anterior, necessários à prestação dos serviços, deverão ser incluídos na composição da proposta de preços, não sendo admitida sua cobrança em separado.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.4. A infraestrutura da **Gerência Regional da Anatel no Estado de Goiás (GR07)** , localizada na Rua 13, nº 618 - Setor Marista, Goiânia/GO - CEP 74.150-140, possui as seguintes características:

a) Existência de duto subterrâneo entre a rede aérea (poste) até a sala de TI dentro do Escritório;

b) Rack com posição livre e rede estabilizada 127 VAC.

6.5. A infraestrutura da **Estação Remota de Monitoração (ERM/GO)** localizada na Rodovia GO-462, Zona Rural, no Município de Santo Antônio de Goiás/GO (área da Embrapa Arroz e Feijão), possui as seguintes características:

a) Existência de posteamento entre a GO-462 até a área da estação com lance de duto subterrâneo até container que abriga os equipamentos.

b) Rack com posição livre e rede estabilizada 127 VAC.

Formas de transferência de conhecimento

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.8. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.8.1. Ordem de Serviço;

6.8.2. Ata de Reunião;

6.8.3. Ofício;

6.8.4. Sistema de abertura de chamados;

6.8.5. E-mails e Cartas;

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.9. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão do Contrato será de responsabilidade do Coordenador da Gestão da Informação da

Gerencia Regional da Anatel em Goiás (GR07GI), em conformidade o Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), e com as regras definidas em portaria da Agência.

7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. As comunicações entre o órgão e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.6. O Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, poderá convocar Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião, caso convocada, será realizada em conformidade com o previsto no [inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022](#), e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.9.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.9.1.2. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.9.1.3. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

Rotinas de Fiscalização

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)) , nos termos do [art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022](#), observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022](#), acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.18. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.19. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.20. Cabe ao gestor do contrato:

7.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes indicadores:

Indicador: Prazo para Início da Execução (PIE)	
Finalidade	Garantir o início da execução do serviço no prazo esperado.
Meta	10 dias corridos
Instrumento de medição	Termo de Recebimento Definitivo (inicial)
Forma de acompanhamento	Manual
Periodicidade	Ocorrência única no início da execução contratual
Mecanismo de cálculo	Cômputo de dias corridos de atraso na implantação contados do dia primeiro dia subsequente ao prazo acordado.
Início de vigência	Data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste do pagamento	1% ao dia sobre o valor mensal bruto do serviço até o limite de 20%

Indicador: Prazo de Atendimento de Chamados (PAC)	
Finalidade	Garantir o atendimento célere às demandas de suporte técnico
Meta	Conforme requisitos temporais (item 4.10)
Instrumento de medição	Planilha de registro de chamados
Forma de acompanhamento	Manual
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Para cada chamado que ultrapassar a meta, será contabilizado o número de horas excedentes
Início de vigência	Data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste do pagamento	Para cada hora de atraso, será contabilizado 0,1% sobre o valor mensal bruto do serviço até o limite de 20%.
Observações	A contagem de tempo será feita até o início do atendimento, podendo ser retomada de onde parou em caso de interrupção ou demora injustificada no atendimento.

Indicador: Índice de Qualidade Percebida (IQP)	
Finalidade	Garantir a qualidade do serviço prestado com vistas ao atingimento dos objetivos da contratação.
Meta	no mínimo 95%
Instrumento de medição	Planilha de registro de ocorrências

Forma de acompanhamento	A qualquer momento, a fiscalização do contrato poderá fazer medições para aferir se o serviço entregue está condizente com o contratado considerando-se os parâmetros definidos pela regulação vigente para a prestação do serviço aos consumidores em geral, tais como percentuais mínimos de velocidade média e instantânea.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Software adotado pela Anatel como referência para aferição de velocidade ("ESAQ - Brasil Banda Larga" ou outro que venha a substituí-lo). Para realizar medições válidas, não deve estar havendo tráfego de dados no link, exceto aquele gerado pelo próprio software medidor. O cálculo de velocidade média deve considerar um mínimo de 10 medições em intervalos de pelo menos 10 minutos entre cada medição.
Início de vigência	Data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste do pagamento	Velocidade instantânea abaixo do percentual indicado: 0,5% por dia de ocorrência. Velocidade média abaixo do percentual indicado: 1% por dia de ocorrência. Indisponibilidade do serviço: 0,1% por hora de indisponibilidade.
Observações	Este indicador poderá deixar de ser calculado quando o desempenho do serviço se mostrar plenamente satisfatório, sem percepção de lentidão ou indisponibilidade por parte dos usuários. O ajuste do pagamento não ocorrerá na hipótese de a Contratada comprovar que não deu causa à lentidão ou indisponibilidade.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.17.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.22.1. O documento de cobrança deverá ser peticionado diretamente pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na opção "*Processo Novo --> Tipo do processo: 'Contratações: Processo de Pagamento'*".

8.22.2. Para que o peticionamento seja possível é impreterível que o representante da CONTRATADA possua cadastro de usuário externo no SEI, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do link a seguir: <http://www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno>

8.22.3. Caso o representante da CONTRATADA não tenha procedido o mencionado cadastro como usuário externo no referido sistema, não será possível a realização do atesto.

8.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.32. No caso de atraso pelo Contratante, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)/365$

$I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.32.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de

responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

Forma de pagamento

8.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/11/2025.

8.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

8.45. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.45.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e

exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA N** **PAGAMENTOS**

9.1. Nos termos do [art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

9.1.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

9.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, observando o procedimento previsto no Manual de instrução de processos administrativos para apuração de infrações à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito da Superintendência de Administração e Finanças:

9.3.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3.4. **Multa:**

9.3.4.1. Moratória, quando praticada a conduta descrita na alínea “d”, do subitem acima deste Termo de Referência, a qual pode ser convertida em multa compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato; e

9.3.4.2. Compensatória, quando praticada qualquer das condutas descritas nas

alíneas “a”, “b”, “c”, “e”, “f”, “g” e “h”, do subitem acima deste Termo de Referência.

9.4. Para o cálculo da sanção devem ser observados os parâmetros e definições estabelecidos pela Metodologia de cálculo das sanções aplicáveis por infrações verificadas durante a execução de contratos administrativos regidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, aprovada pela [Portaria Anatel nº 2.959, de 24 de fevereiro de 2025](#).

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

9.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação**, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

10.1.1. As Disposições Transitórias e Finais da Lei nº 14.133/21, contudo, previram que os valores acima seriam atualizados anualmente, conforme a seguir:

Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

10.1.2. Para o ano de 2025, o [Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024](#) estabeleceu o valor de **R\$ 62.725,59** (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para o [inciso II do caput do art. 75](#).

Regime de execução

10.2. O regime de execução do contrato será por **empreitada por preço global**, visto que o objeto da contratação apresenta escopo claramente definido e quantificável. A adoção desse regime de execução mostra-se adequada por assegurar maior previsibilidade de custos para a Administração, facilitar o planejamento orçamentário e simplificar a gestão e fiscalização do contrato, garantindo eficiência e racionalidade na execução da despesa pública.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.11.

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.13. Conforme o Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 503/2021-Plenário, para fins de habilitação jurídica, será necessária a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

10.22. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), nos termos da Resolução nº 614/2013 e suas alterações.

Disposições gerais sobre habilitação

10.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.28.6.1. ata de fundação;

10.28.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.28.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.28.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.28.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.28.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.28.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor de estimado da contratação corresponde a R \$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), obtidos por meio de pesquisa consubstanciada no Informe nº 161/2025/GR07AF/GR07/SFISEI nº (14709787).

11.2. O valor estimado da licitação será público, para garantir transparência, ampliar a competitividade e permitir que os interessados planejem suas propostas de forma justa e viável. Essa divulgação procura evitar superfaturamentos, propostas inexecutáveis e favorecer a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade, assegurando que o processo atenda aos princípios da administração pública, como legalidade, publicidade e eficiência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 413008;
- II - Fonte de Recursos: 1120000000;
- III - Programa de Trabalho: 24.122.0032.2000.0001;
- IV - Elemento de Despesa: 33.90.40-13;
- V - Plano Interno: 20000000004;

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.3. Compõem o presente documento os seguintes anexos:

13.3.1. Anexo I - Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da Contratante (SEI nº 14697945);

13.3.2. Anexo II - Planilha de Preços - Modelo (SEI nº 14697956).

O presente Termo de Referência segue assinado pelos membros da Equipe de Planejamento da Contratação, conforme o art. 12, § 6º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022 e pela autoridade máxima da Área de TIC, a qual aprova o presente documento de planejamento, com fulcro no art. 7º § 2º da Resolução Interna 214, de 23 de maio de 2023, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

Documento elaborado conforme modelo AFCA (SEI nº 10076126), versão 124, de 06/10/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Antonio Alves, Coordenador Regional de Processo**, em 17/11/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Verissimo de Campos, Coordenador Regional de Processo, Substituto(a)**, em 17/11/2025, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Johny Denisson Leandro Ataídes, Analista Administrativo**, em 17/11/2025, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Guimarães Garcia, Agente Fiscalizador de Contrato, Substituto(a)**, em 17/11/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **14747303** e o código CRC **777A4B70**.